

**NEOLIBERALISMO E MERCADO DE TRABALHO NO  
BRASIL – DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO  
NOS ANOS DE 1990 E INSTABILIDADE/ALTA  
ROTATIVIDADE DO EMPREGO FORMAL SOB O GOVERNO  
LULA**

**Nildo Aparecido de MELO.**

Aluno do mestrado da FCT/UNESP-Presidente Prudente.  
nildomelo@itelefonica.com.br

**Resumo:**

Com a implementação de um amplo conjunto de políticas neoliberais na economia brasileira, a partir da década de 1990, sob o governo Collor e nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, chegou ao fim o movimento histórico de formalização das relações de trabalho no Brasil, além do desencadeamento de transformações profundas na estrutura produtiva e econômica nacional. Num contexto de abertura comercial e financeira indiscriminada, de altas taxas de juros, de valorização das importações, de desmonte do Estado Nacional e de manutenção do câmbio sobrevalorizado, assistiu-se a explosão do desemprego sem precedentes na história do país, da precarização das condições e relações e trabalho e da informalidade do trabalho. Mesmo com a posse de um governo dito “popular”, sob a liderança do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a continuidade do processo de assalariamento verificado a partir do ano 2000, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho nacional, apontando para a emergência de transformações na luta e na representatividade sindical e política dos trabalhadores, além da necessidade de criação de novas formas de (re) inserção e permanência no mercado de trabalho para amplas camadas de trabalhadores diante da adoção dos preceitos da reestruturação produtiva do capital no Brasil.

**Palavras-chave:** Desemprego; informalidade; precarização do trabalho; instabilidade do emprego formal.

**NEOLIBERALISMO AND MARKET OF WORK IN BRAZIL  
UNEMPLOYMENT AND PRECARIOUSNESS  
OF THE WORK IN THE YEARS OF 1990 AND HIGH  
INSTABILITY ROTATION  
OF THE FORMAL JOB UNDER THE LULA GOVERNMENT.**

**Abstract:**

With the implementation of an ample neoliberal set of politics in the Brazilian economy, from the decade of 1990, under the Collor government and in the two mandates of president Fernando Henrique Cardoso, arrived the end of the historical movement of formalizes of the relations of work in Brazil, beyond the desencadeamento of deep transformations in national the productive and economic structure. In a context of indiscriminate commercial and financial opening, high taxes of interests, valuation of importing, of dismounting of the national state and maintenance of the sobrevalorizado exchange, attended explosion to it of the unemployment without precedent in the history of the country, of precariousness of the conditions and relation of work and of the informality work the same with the ownership of a said government " popular ", under the leadership of the president Ignacio Luis Lula Silva, with the continuity of the process of assalariamento verified from not the 2000, had remained the historical problems of the market of national work, pointed with respect to the emergency of transformations in the fight and the syndicalism representation and politics of the workers, beyond the necessity of creation of new forms of (reverse speed) insertion and permanence in the work market with respect to ample layers of workers ahead of the adoption of the rules of productive reorganization of the Brazil capital.

**Key words:** unemployment; informality; precariousness of the work; instability of the formal job.

**Introdução**

A década de 1990, no bojo de uma ampla abertura comercial e financeira indiscriminada, da manutenção artificial do câmbio, de taxas de juros elevadas e de um movimento de desmonte do Estado nacional, segundo os preceitos do Consenso de Washington, além de uma política de valorização das importações, foi marcada pelo redirecionamento da base produtiva e econômica nacional (estruturada desde a década de 1930, com base na industrialização substitutiva de importações e conformada por políticas desenvolvimentistas estatais) e pelo processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, que já sofrerá transformações significativas com as oscilações econômicas da década de 1980, apresentando elevação das taxas de desemprego, precarização das condições e relações de trabalho e altas taxas de informalidade do trabalho.

Com a adoção do receituário neoliberal, implementado pelo governo de Fernando Collor de Mello e aprofundado nos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente com a criação e aplicação do Plano Real, em 1994, as transformações estruturais do capital, iniciadas a partir da crise do fordismo na década de 1970 (permeadas pela retomada da globalização econômica e financeira, pela consolidação das políticas neoliberais diante da crise do Estado-de-bem-estar-social e pela aplicação dos preceitos da Terceira Revolução Tecnológica na produção, ensejando a adoção de métodos flexíveis de acumulação de capital) foram desencadeadas na economia brasileira, configurando também a crise do mundo do trabalho no Brasil, com a explosão do desemprego e da informalidade do trabalho.

Não obstante verificar-se a recuperação do assalariamento formal no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2000, resultado de mudanças no regime cambial e da retomada das exportações vinculadas ao setor primário da economia, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho formal no Brasil, mesmo com a posse do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como referência a formação de um governo popular, com a manutenção de altas taxas de desemprego, da precarização das condições e relações de trabalho, da informalidade do trabalho e da instabilidade para os trabalhadores formais, colocando desafios para a classe trabalhadora, tais como a necessidade de renovação nas formas de luta e representatividade sindical e da necessidade de criação de novas formas de (re) inserção e permanência no mercado de trabalho tornado mais competitivo ainda neste início de século XXI.

### **Governo Collor e FHC – neoliberalismo e desestruturação do mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 1990.**

O processo de desestruturação do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e parte da década de 1980 deixaram marcas profundas na estrutura social do país, aprofundando os problemas sociais históricos: bastou pouco mais de uma década para se destruir toda uma história de estruturação e formalização das relações de trabalho no Brasil, constituindo-se um cenário caracterizado pela explosão do desemprego em massa e pela informalização das relações de trabalho, além do surgimento de formas precárias de ocupação e da ampliação das desigualdades de rendimento entre os trabalhadores, mesmo diante da recuperação do

assalariamento formal verificado nos dois últimos anos do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Dessa forma, a partir do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, no bojo do processo de redemocratização política no Brasil e das primeiras eleições presidenciais diretas, foi posto em marcha um conjunto de medidas liberalizantes para dar conta da crise econômica dos anos de 1980 (quando se tentou, sem sucesso, um ajuste pelo viés da modificação do nível de remuneração do trabalhador, já representando sinais de precarização do trabalho e de aumento dos índices de desemprego), subjacente ao discurso direcionado para a necessidade da modernização da economia brasileira como forma de inserção do país no grupo dos países desenvolvidos. Nesse sentido optou-se por um ajuste macroeconômico pelo viés do mercado, através da redução da intervenção estatal na economia e pelo estabelecimento da livre-concorrência como princípio norteador das relações sociais e econômicas, permeadas pela adoção do ideário neoliberal, expresso na desregulação da concorrência no mercado mundial e na globalização financeira internacional.

Com base num conjunto de propostas elaboradas pelo Banco Mundial em Washington (o Consenso de Washington) e direcionadas aos países periféricos do capitalismo mundial, a partir de um amplo conjunto de medidas macroeconômicas tais como a redução do Estado, a liberalização de mercados e a desregulamentação financeira, Collor promoveu a abertura comercial e financeira indiscriminada da economia brasileira, com a eliminação das barreiras não-tarifárias, a abolição das restrições à importação de determinados bens e a rápida redução de tarifas, além da ampliação da mobilidade dos fluxos de capitais no mercado financeiro, conformando uma reestruturação do padrão de crescimento econômico iniciado na década de 1930 e engendrando a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, que já apresentava forte estagnação do emprego formal, ampliação das taxas de desemprego e aumento da informalidade, desencadeadas durante as oscilações nos ciclos econômicos da década de 1980.

Como resultado da aplicação desse conjunto de políticas macroeconômicas, por um lado, aprofundou-se o comportamento negativo da economia e verificou-se o início de uma forte recessão econômica, com a redução do PIB em torno de 4% no ano de 1990, além do desempenho negativo do setor industrial, que apresentou redução de 7,4% do PIB no ano de 1990, mantendo-se estagnado no ano seguinte (DEDECCA; BRANDÃO, 1993). Nesse cenário recessivo, as taxas de

desemprego passaram a apresentar ampliações significativas e o tempo de procura por trabalho aumentou consideravelmente, tornando ainda mais difícil a possibilidade de reemprego (estabelecida com a recuperação econômica a partir de 1984) para amplas camadas de trabalhadores ao longo da década.

Por outro lado, assistiu-se a deterioração dos rendimentos dos trabalhadores, engendrada pela política salarial adotada pelo governo Collor, pelas reduções expressivas nos níveis de emprego formal, com a perda de combatividade dos sindicatos nas negociações salariais (setoriais ou por empresas) e, pela adoção, por parte das empresas, de “processos de reorganização de suas estruturas ocupacionais e salariais, derivados de uma reestruturação produtiva provocada pela recessão e/ou pelos novos padrões tecnológico e organizacional, associados ao processo de gestão de uma nova divisão internacional do trabalho” (DEDECCA; BRANDÃO, 1993, p. 336).

Além da liberação comercial e da desregulação financeira, num cenário caracterizado pela recessão econômica, a reforma do Estado foi desencadeada a partir do governo Collor (como parte substancial do receituário neoliberal implementado no país), através do encolhimento do setor público com as privatizações e o fechamento de empresas, consubstanciando a demissão de milhares de funcionários públicos, paralelamente a destruição de postos de trabalho no setor formal da economia, que “contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos de 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

Esse conjunto de políticas neoliberais implementadas no Governo Collor, segundo Alves (2000), além de determinar um cenário econômico nacional caracterizado pela recessão, pelo crescente desemprego na indústria e pelo predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, principalmente através da redução de custos com a mão-de-obra empregada, criaram as condições macroeconômicas para o sucesso do plano de estabilização monetária do Governo Fernando Henrique Cardoso e para a consolidação do processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil.

Com a crise política que se abateu sobre o Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, houve um relativo refluxo no processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, sendo revigorado com a aplicação do Plano Real, em 1994, no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, através da consolidação da abertura comercial e

financeira, articulada a adoção de um conjunto de políticas econômicas permeadas, principalmente, pela sobrevalorização cambial e a ancoragem do real ao dólar (como forma de financiar a economia brasileira, num contexto de liquidez financeira internacional) e pelos juros elevados (para atrair o capital financeiro internacional, altamente especulativo e volátil), tendo como corolário uma profunda desestruturação produtiva, com sucessivos desequilíbrios nas contas públicas nacionais, além do aumento do *déficit* comercial e do saldo negativo em transações correntes, já que de um *superávit* de cerca de 10,5 bilhões de dólares no final de 1994, passou-se para um *déficit* acima de 6 bilhões de dólares no final da década de 1990 (MATTOSO, 2000), devido sobretudo ao aumento das importações que já apresentavam significativo crescimento nos governos Collor e Itamar Franco.

Com a implantação do Plano de Estabilização Monetária pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as transformações neoliberais foram aprofundadas principalmente através da intensificação da reforma do Estado iniciada por Collor, conformada pela ampliação das privatizações, das concessões públicas ao capital privado e pelas reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa.

Não obstante a alienação de aproximadamente 75% do patrimônio público nacional, segundo Biondi (1999) e do discurso político que afirmava que as privatizações seriam necessárias para a geração de divisas para o pagamento dos juros e para a redução da dívida pública externa e interna (ressalte-se as privatizações da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, de importantes bancos públicos estaduais, tais como o Banespa e o Banerj, do sistema de telefonia fixa e móvel nacional e da Embratel, da indústria aeronáutica brasileira Embraer e as concessões de rodovias ao capital privado, com a instalação de pedágios que se espalharam pelo país, como marcas do aprofundamento do desmonte do Estado nacional), houve uma ampliação do endividamento estatal e um significativo aumento da dívida líquida do setor público, derivadas da política de juros elevados e do baixo crescimento econômico brasileiro. Dessa forma, a relação dívida/PIB, que era de aproximadamente 29%, no final de 1994, chegou a um patamar de 41% em 1998, atingindo cerca de 50% em meados de 1999 (MATTOSO, 2000). Com isso:

(...) Supostamente para combater seu crescimento, mas efetivamente para assegurar o pagamento dos juros, o governo FHC lançou-se em sucessivos ajustes fiscais, cujo

único resultado foi o agravamento do desmonte do Estado nacional, com a deterioração dos serviços públicos e de sua capacidade de investimento, geração de emprego e crescimento (MATTOSONO, 2000, p. 28).

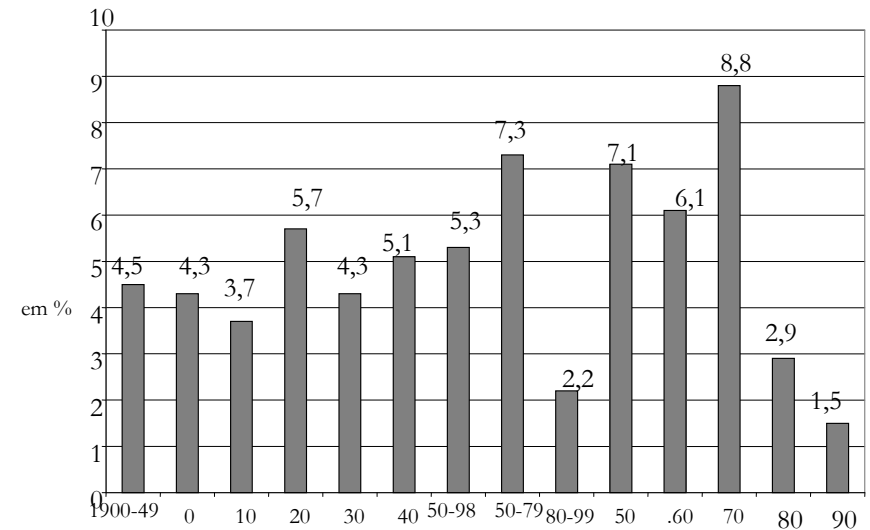
Para Biondi (1999), numa crítica ao processo de privatização do patrimônio público nacional desencadeado no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, representando o desmonte do Estado nacional, as privatizações não contribuíram para a redução da dívida pública brasileira, pelo contrário, até contribuíram para aumentá-la (como demonstrado anteriormente), já que no processo de privatização o governo ficou com as dívidas das estatais privatizadas que deveriam ser pagas pelos compradores, como no caso da Companhia Siderúrgica Paulista, com o governo assumindo uma dívida de 1,5 bilhões de reais e da Companhia Siderúrgica Nacional que transferiu uma dívida de 1 bilhão de reais para o governo brasileiro, além de investir maciçamente nas empresas estatais antes das privatizações (nas empresas telefônicas o investimento foi de 21 bilhões de reais em dois anos e meio, por exemplo) e reajustar as tarifas e preços dos serviços públicos (para o autor esses reajustes variaram de 100% a até 500% antes das privatizações, com reajustes de última hora, como no caso das contas de energia elétrica no Rio de Janeiro que sofreram um aumento de 58% antes do leilão da estatal de energia Light). Houve também a transferência de compromissos financeiros dos fundos de pensão e de aposentadorias para o governo, como no caso da Fepasa, com o governo assumindo a responsabilidade pela folha de pagamento de aproximadamente 50 mil ferroviários aposentados.

Com a venda das estatais o governo ficou com as dívidas e sem as fontes de lucros para pagá-las, dificultando dessa forma o equilíbrio das contas do Tesouro Nacional, pois as estatais sempre foram utilizadas para cobrir os rombos nas contas do governo e para financiar o desenvolvimento da economia nacional.

Em 1998, com o agravamento da crise internacional e a redução dos fluxos de capitais no mercado financeiro internacional, derivado da volatilidade e do caráter especulativo desse tipo de capital, o governo assegurou a valorização artificial do real, garantindo a vitória nas eleições presidenciais e um segundo mandato para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, direcionando o desempenho produtivo nacional para um baixo crescimento econômico que se transformaria em recessão econômica, com o PIB apresentando um dos piores desempenhos da década, com uma queda de 0,12%, menor apenas que o desempenho do PIB no período

recessivo de 1992, fazendo com que a década de 1990 apresentasse o pior resultado em termos de crescimento econômico do século XX.

**Nível real de atividade econômica - Brasil - Século XX**



Fonte: Dados 1900-1947, série Haddad; 1949-1999, dados IBGE; em 1999 considerou-se uma queda de 1% apud MATTOSONO, 2000, p. 21.

Num cenário macroeconômico caracterizado pela recessão, pela abertura comercial e financeira indiscriminada, sem a proteção de políticas industriais e agrícolas no mercado interno, com sobrevalorização cambial e juros elevados, além da reforma e da redução do papel do Estado nacional na formulação de políticas de desenvolvimento e do aumento da concorrência com produtos estrangeiros, através da importação de bens e serviços, conformou-se um baixo desempenho da economia nacional, com baixo investimento e sem a geração de empregos suficientes para assegurar a incorporação de cerca de 2 milhões de trabalhadores que ingressam todos os anos na População Economicamente Ativa (POCHMANN, 2006), representando também a ampliação do desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho.

Ao longo dos anos de 1990, sobretudo no período compreendido entre os anos de 1995 e 1998, houve redução na geração de empregos

formais em praticamente todos os anos, com uma concentração significativa na indústria de transformação e na construção civil. No total, foram destruídos cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho na década, sendo 1,8 milhões a partir de 1995 (MATTOSO, 2000), após a implementação do Plano Real pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

(...) Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1,6 milhões (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os das indústrias têxtil (- 214 mil), metalúrgica (- 293 mil), mecânica (- 214 mil), química e produtos farmacêuticos (- 204 mil) e material de transporte (- 92 mil). A construção civil viu desaparecer cerca de 322 mil empregos formais. O comércio também foi duramente atingido (-294 mil). O setor financeiro reduziu sua mão-de-obra em cerca de 354 mil. Apenas apresentou um comportamento positivo o heterogêneo subsetor Serviços, compreendido por alojamento, alimentação, reparação e diversos (cerca de 160mil) (MATTOSO, 2000, p. 18).

A partir de 1999, como forma de gerar saldos comerciais positivos, houve um redirecionamento do regime cambial brasileiro, representando o aumento das exportações e uma redução significativa das importações. Entretanto, as modificações observadas no comércio externo foram direcionadas por uma especialização econômica e produtiva vinculada ao setor primário (papel e celulose, *agrobusiness*, siderurgia, processamento mineral e alumínio), com baixo valor agregado, pouco conteúdo tecnológico e não intensivo em mão-de-obra, não sendo suficiente para reverter o quadro de desemprego elevado e de redirecionar a base produtiva nacional para a recuperação dos empregos formais destruídos ao longo dos anos de 1990 (os resultados dessa modificação no regime cambial brasileiro seriam sentidos somente a partir de meados do ano 2000, com a relativa recuperação do assalariamento formal, como será destacado adiante).

Dessa forma, na década de 1990, configurou-se a mais grave crise do emprego no mercado de trabalho nacional e a constituição do desemprego em massa, sem precedentes na história do Brasil, colocando o país, a partir de 1994, na quarta posição mundial em número de desempregados, atrás somente da Índia, Indonésia e Rússia (POCHMANN, 2006). Em maio de 1999, segundo pesquisa publicada pelo Datafolha, o desemprego atingia cerca de 10 milhões de trabalhadores

no país. No período compreendido entre os anos de 1992 e 2002, por exemplo, o índice de desemprego passou de 6,7% para 9,3% da PEA nacional, representando um aumento relativo de aproximadamente 40% na taxa de desemprego no mercado de trabalho brasileiro.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e utilizando-se de outra metodologia, o IBGE divulgou, no ano de 2003, a taxa de desemprego aberto abrangendo cerca de 8,5 milhões de trabalhadores no Brasil, ou 4,8 vezes a taxa de desemprego observada em 1985, sendo que de cada cem trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho no período entre 1985 e 2005, apenas 82 conseguiram ocupação formal, portanto 18 ficaram desempregados.

Para Pochmann (2006), a explicação para a ampliação e a generalização do desemprego para praticamente todos os segmentos sociais, estaria no baixo crescimento da economia brasileira nas últimas décadas do século XX, associada à adoção de medidas de cunho neoliberal, implementadas a partir de 1990 sob o governo Collor e, aprofundadas durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois o avanço tecnológico no Brasil ficou circunscrito às grandes empresas internacionalizadas e sempre articulado a adoção de métodos de reorganização produtiva e do trabalho, tais como a reengenharia, a terceirização dos contratos e subcontratação de trabalhadores, a implementação da gestão participativa e da remuneração variável, entre outros exemplos de medidas reestruturantes nas grandes empresas localizadas no país.

Acrescente-se ao conjunto das grandes empresas, o incremento tecnológico de base microeletrônica e informática, articuladas a processos de reorganização produtiva e do trabalho (tais como a instituição de programas de qualidade total, da remuneração variável do trabalhador, da contratação por tarefas e da terceirização de atividades), no setor financeiro, principalmente nos bancos, através da substituição do atendimento nas agências bancárias para o atendimento eletrônico, com a difusão dos caixas automáticos, das centrais telefônicas de atendimento, do *telemarketing* na venda de produtos bancários (cartão de crédito, consórcios, empréstimos com desconto em folha, etc.), da Internet, da interligação do sistema bancário ao computador do cliente e da substituição do tradicional papel-dinheiro pelo cartão magnético, permitindo saques, depósitos, transferência de valores, pagamento de contas diretamente nos caixas automáticos, entre outras tarefas realizadas pelo próprio usuário, representando a redução do número de trabalhadores

bancários no país, que passou de aproximadamente 812 mil trabalhadores em janeiro de 1989, para 497 mil bancários em dezembro de 1996 (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho apud [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)) e, a precarização das condições e relações de trabalho nos bancos, com a fragilização dos sindicatos da categoria e a redução do número de greves em todo o país.

Ressalte-se também o enorme potencial de incorporação de novas tecnologias em inúmeros ramos associados ao heterogêneo setor de serviços e o enorme impacto que isso representaria sobre o mercado de trabalho e a eliminação de empregos formais, tais como o auto-serviço nos postos de combustível (reduzindo o número de frentistas empregados), a utilização de catracas eletrônicas no transporte coletivo urbano (com a possível eliminação do cobrador) ou a venda de passagens on-line no transporte rodoviário interestadual e no transporte aéreo, o sistema de compras on-line nas grandes redes de supermercados ou a adoção do sistema de auto-serviço, através da ampliação do uso do código de barras, entre outros exemplos da considerável possibilidade de incorporação tecnológica no setor produtivo de serviços e o potencial de desemprego subjacente.

O aumento do desemprego no Brasil, por um lado, deve ser creditado, além das causas delineadas anteriormente, também a forma subordinada e passiva de inserção do país no processo de globalização econômica e financeira em curso, através da ampliação das importações de produtos e serviços que representou a exportação de cerca de 1,2 milhões de empregos, somente no setor industrial, nos anos de 1990, “dessa forma, a aquisição de bens e serviços importados contribuiu para a destruição de parcela significativa dos empregos internos e criação de parte dos postos de trabalho no exterior (Estados Unidos, Argentina, China, entre outros)” (POCHMANN, 2006, p. 70).

As importações de equipamentos foram intensificadas, segundo Biondi (1999), sobretudo pelas privatizações das estatais brasileiras, já que as multinacionais passaram a controlar grande parte do patrimônio dessas empresas e a remeter dólares para suas matrizes no exterior ou passaram a utilizar equipamentos e componentes importados, agravando o movimento de saída de dólares do país, desequilibrando a balança de pagamentos e aumentando a dívida pública brasileira. Nesse sentido, alguns equipamentos de telefonia “chegaram a utilizar 97% de peças e componentes importados – e aparelhos celulares de algumas marcas chegaram a utilizar de 85% a 100% de peças vindas do exterior; isto é, são

apenas montados no país” (BIONDI, 1999, p. 16). Também se verificou o aumento do peso das telecomunicações no saldo negativo da balança comercial brasileira, no período de 1993 a 1998, já que “as compras da área de telecomunicações no exterior aumentaram dez vezes, 1.000%, de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões de dólares, deixando um *déficit* setorial de 2,5 bilhões de dólares” (BIONDI, 1999, p.17).

Ressalte-se que a participação do capital estrangeiro na aquisição de estatais brasileiras foi possibilitada pela publicação do decreto presidencial de 24 de maio de 1997 que alterou a legislação que proibia o BNDES de financiar empresas estrangeiras na compra de estatais nacionais, pois até então ao Banco de Desenvolvimento cabia o financiamento de empresas nacionais através de um conjunto de políticas industriais de fomento a produção interna. Com isso, o capital estrangeiro passou a controlar grande parte das ações das ex-estatais, tais como o Grupo Santander no Banespa e a espanhola Telefónica em substituição a Telesp, em São Paulo.

Como corolário dessa política de “estímulo” as privatizações e as importações, o faturamento de fabricantes brasileiros recuou, empresas nacionais quebraram e o desemprego aumentou devido ao saldo negativo na balança comercial e a ausência de políticas industriais de desenvolvimento econômico nacional e de proteção aos produtores internos.

Por outro lado, as mudanças permeadas pela reforma do Estado e a redução de sua participação na formulação de políticas públicas de desenvolvimento econômico sustentável, com geração de emprego e renda, contribuíram para o aumento das taxas de desemprego, através da adoção de programas de demissão voluntária nas esferas públicas federais, estaduais e municipais, a demissão de funcionários públicos não estáveis, o fechamento e a privatização de empresas estatais, representando um saldo negativo de 2,5 milhões de postos de trabalho durante a primeira metade dos anos de 1990, no setor público, diante de um saldo positivo de 1,6 milhões de empregos públicos na década de 1980 (BIONDI, 1999). Ressalte-se também a não realização de concursos públicos para suprir a demanda por trabalhadores em vários setores estatais, diante das demissões voluntárias e das aposentadorias, com a deterioração dos serviços prestados à população, principalmente nas áreas de saúde, previdência social, segurança pública e educação.

A estruturação de um cenário econômico marcado por forte ampliação do desemprego no mercado de trabalho brasileiro, apontou para a constituição do desemprego estrutural no período compreendido entre

os anos de 1993 e 1997, pois mesmo com a recuperação econômica da produção interna em torno de 23,4%, não houve a geração de empregos formais no período. Pelo contrário, observou-se a eliminação de empregos assalariados com carteira assinada (redução de 1,4%) e o aumento do desemprego em torno de 18,5% (POCHMANN, 2006), apontando para um cenário macroeconômico caracterizado pela possibilidade de crescimento econômico sem a correspondente geração de empregos na economia nacional.

Na segunda metade do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, observou-se uma relativa recuperação do assalariamento formal, com todos os setores econômicos apresentando ampliação de empregos formais (no total foram 2.287.638 empregos criados no período ou uma variação relativa positiva de 11% no estoque total de empregos formais), com exceção da construção civil, que reduziu o estoque de empregos em 64.456 postos de trabalho ou uma redução relativa de 5,6% no estoque do setor. A recuperação do emprego formal foi alavancada principalmente pelo setor de serviços, com a criação de 1.182.396 empregos formais no período analisado, isto é, praticamente metade dos postos de trabalho criados entre janeiro de 2000 e dezembro de 2002, sendo que a maior variação relativa foi verificada no setor de comércio (16,4%), seguido pelos serviços (12,9%) e pela indústria (8,7%).

**Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal - Brasil - janeiro de 2000 a dezembro de 2002.**

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out. Ign	Totais
Admitidos	6.476.326	6.636.845	10.806.426	3.201.951	2.695.613	14.993	29.832.154
Demitidos	6.015.201	5.968.307	9.624.030	3.266.407	2.662.367	8.204	27.544.516
Total	461.125	668.538	1.182.396	- 64.456	33.246	6.789	2.287.638
Variação relativa	8,7%	16,4%	12,9%	- 5,6%	3,32%	-	11%
Estoque dez/2002	5.754.460	4.733.945	10.307.200	1.081.646	1.034.013	-945	22.910.319

Fonte: CAGED 2000-2002 disponível em <http://www.mte.gov.br> acesso em 06/2007. Elaboração e organização do autor.

A relativa recuperação do assalariamento formal no mercado de trabalho nacional entre os anos de 2000 e 2002, refletiu as modificações no

regime cambial efetuadas em 1999, num contexto de crise de liquidez internacional e de fuga de capitais, fazendo com que o governo brasileiro tivesse de recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional nos anos de 1999, 2001 e 2003. Vale destacar que esses capitais especulativos e altamente voláteis financiavam o *déficit* externo e em conta corrente do Brasil desde 1994, com a implantação do Plano Real no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse processo de desvalorização da moeda nacional provocou alterações na política de comércio exterior, visando à geração de saldos comerciais, sobrevalorizando os setores exportadores, principalmente o agronegócio em expansão nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (a soja e o milho são os produtos em destaque, representando cerca de 80% da produção de grãos no país). Com isso, o saldo comercial externo brasileiro, voltou a ser positivo em 2001, mantendo-se crescente nos anos seguintes, em virtude principalmente do envio de recursos internos para o exterior.

Segundo Delgado (2005) esse movimento de recuperação da economia brasileira e do mercado de trabalho formal, foram financiados pela agricultura capitalista moderna (denominada de agronegócio pelos estudiosos da questão fundiária brasileira), já que, “sob o impulso da demanda externa, o produto agrícola tem crescido 4,8% entre 2000 e 2003, bem à frente do PIB geral que só cresceu 1,8%” (DELGADO, 2005, p. 48), ou seja, observa-se um crescimento econômico do agronegócio e de outros setores exportadores, sem encadeamento à demanda interna e sem a generalização do crescimento para todo o conjunto da economia, pois os outros setores produtivos são mantidos na recessão, buscando-se com isso assegurar metas inflacionárias, de acordo com os preceitos macroeconômicos adotados desde 1994, com a implantação do Plano Real.

Mesmo com a recuperação da economia nacional e a ampliação dos empregos formais, entretanto, os problemas estruturais do mercado de trabalho foram mantidos, tais como a alta rotatividade da mão-de-obra empregada, os elevados índices de desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho, a desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores e a informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante da crise do emprego formal estabelecida no início da década de 1990, com a aplicação do receituário neoliberal pelo governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

### **Governo Lula, trabalho e emprego – o desemprego e a rotatividade da mão-de-obra como fatores de ajuste estrutural do capitalismo brasileiro.**

Com a posse do novo Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, tendo como referencial a formação de um governo “popular”, configurou-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior. Com isso, tornou-se possível identificar um processo caracterizado por continuidades e descontinuidades no novo governo a partir de 2003.

Descontinuidades, já que houve modificações significativas na condução da política externa e na área de comércio exterior, com a busca de novos parceiros comerciais (Índia, África do Sul e China), o fortalecimento do Mercosul e a reformulação dos termos em torno da implementação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), além da exigência de abertura comercial dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos como salvaguarda para uma maior abertura da economia brasileira para os produtos manufaturados das economias avançadas, principalmente da União Européia.

No que concerne à condução da política interna, o novo governo direcionou esforços para a implementação de medidas de cunho social, tais como as políticas sociais de combate à pobreza (o Programa Fome Zero) e a ampliação do Programa Bolsa Família para todo o país. Também, verificou-se a formulação de uma política de não-privatização do aparato estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás) e de recuperação do serviço público, com a realização de concursos para suprir as carências de servidores públicos em diversas áreas do governo federal.

Continuidades, pois a política de estímulo às exportações foi mantida e até aprofundada pelo novo governo, através da forte desvalorização cambial, além da manutenção de taxas de juros elevadas (mesmo com o movimento gradual de queda dos juros básicos da economia, os juros reais permaneceram os mais altos do mundo) e de metas inflacionárias anuais, como forma de manter a estabilização monetária da economia brasileira.

A manutenção de um *superávit* primário em torno de 4,25% do PIB constituiu-se um elemento imprescindível da política econômica do Governo do Presidente Lula, assegurando o pagamento dos juros da dívida pública brasileira e apontando para um cenário de baixo crescimento

econômico, com pouco investimento em infra-estrutura (modernização dos portos, aeroportos e recuperação da malha rodoviária federal), além do aumento da carga tributária (onerando a produção e, conseqüentemente inibindo o crescimento econômico e a geração de empregos) e da ausência de reformas estruturais no aparato estatal, como forma de assegurar o crescimento sustentado da economia brasileira.

Portanto, o Governo Lula tem se caracterizado como um governo contraditório, apresentando um pólo de poder mais ligado a elaboração e aplicação de políticas de cunho social e um outro pólo de poder (hegemônico e dominante na condução das políticas mais significativas do governo Lula) articulado ao sistema financeiro internacional, promovendo a manutenção da política macro-econômica ditada pelo mercado e pelos institutos financeiros internacionais sediados em Washington (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e inaugurada pela implementação do Plano Real em 1994. Com isso, nos dizeres de Chossudovsky (1999), fazendo-se um paralelo com a realidade política brasileira, “nenhuma política alternativa é oferecida para os eleitores. Como em um Estado monopartidário, os resultados das urnas não têm virtualmente qualquer impacto sobre a real conduta da política econômica e social do Estado” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 21), ou seja, as mudanças econômicas e sociais ficaram somente nas promessas de campanha e a busca pelo controle inflacionário, pelo ajuste fiscal e pela manutenção das políticas monetaristas, conformadas pelo ideário neoliberal, dá o tom do governo do Partido dos Trabalhadores desde 2003, em detrimento de um projeto de desenvolvimento econômico nacional independente, com geração de empregos e renda e da construção de um país mais justo e igualitário.

Sader (2003), numa análise sobre o distanciamento do Partido dos Trabalhadores em relação à produção teórica e a intelectualidade nacional, rumo à institucionalização partidária (através da formulação de posições mais em função do debate político do que da produção teórica propriamente dita), ressalta que a vitória eleitoral de Lula em 2002 representou o fracasso das políticas de governo de Fernando Henrique Cardoso e da crise do bloco no poder.

(...) Porém, o triunfo eleitoral de 2002 não foi resultante nem de um grande ciclo de mobilizações populares, nem de grandes construções teóricas ou políticas. Tanto que o Partido dos Trabalhadores chega ao governo sem dispor de uma alternativa para sair das políticas neoliberais – como Lula se havia proposto (SADER, 2003, p. 16).



Nesse contexto, de continuidade política do ideário neoliberal na economia nacional, com algumas variações pouco significativas de investimentos na área social, o processo de recuperação do assalariamento formal, iniciado nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, teve continuidade no novo governo, apresentando um saldo positivo de pouco mais de três milhões de empregos formais no período compreendido entre janeiro de 2003 e junho de 2006, com o setor de serviços mais uma vez gerando quase metade dos postos de trabalho, acompanhado da variação relativa positiva do setor agropecuário (em torno de 25%) e do comércio (16,7% a mais no estoque de empregos formais do setor).

**Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil  
janeiro de 2003 a junho de 2006.**

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out. Ign	Totais
Admitidos	7.978.178	8.174.623	12.776.339	3.320.692	3.680.423	1.361	35.931.616
Demitidos	7.085.247	7.381.675	11.283.084	3.190.040	3.415.361	426	32.355.833
Total	892.931	792.948	1.493.255	130.652	265.062	935	3.575.783
Variação relativa	15,5%	16,7%	14,4%	12%	25,6%	-	14,7%
Estoque Junho/06	6.647.391	5.526.893	11.800.455	1.212.298	1.299.075	-10	26.486.102

Fonte: CAGED 2003–2006 disponível em <http://www.mte.gov.br> acesso em 06/2007. Elaboração e organização do autor.

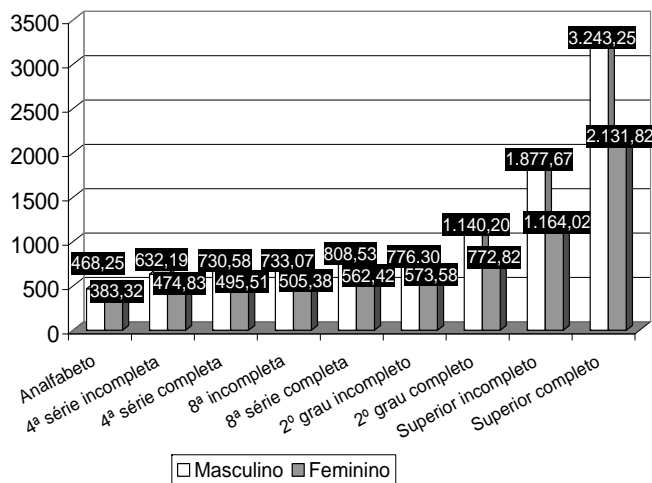
Todavia, mesmo com o aumento relativo de 14,7% no estoque total de empregos formais no período analisado, permaneceram os problemas estruturais e históricos do mercado de trabalho brasileiro, aprofundados ao longo das oscilações econômicas da década de 1980 e da implantação do neoliberalismo na década de 1990, tais como o desemprego elevado, a informalidade nas relações de trabalho, a precarização e a instabilidade no mercado de trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra empregada e as desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores, no que tange as relações de gênero e ao grau de instrução da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, as taxas de desemprego permaneceram elevadas, mesmo com a geração crescente de empregos formais no mercado de trabalho brasileiro, devido, sobretudo ao fato de os postos de trabalho criados não serem suficientes para suprir os empregos destruídos nas décadas anteriores e para absorver os quase 2 milhões de trabalhadores que passam a fazer parte da PEA todos os anos (POCHMANN, 2006).

Com isso, em segundo lugar, a informalidade representa uma das poucas formas de inserção no mercado de trabalho para aproximadamente 53% dos trabalhadores ativos do Brasil, segundo o IBGE, configurando a precarização das condições de trabalho na economia nacional. Observa-se o aumento crescente do setor informal, principalmente através da ampliação do número de camelôs ou da criação e consolidação dos denominados “camelódromos”, que se espalharam pelas principais cidades brasileiras, sendo característica marcante mesmo de municípios pequenos e médios do interior do país.

Em terceiro lugar se observa a continuidade do processo histórico de desigualdade de rendimento entre os trabalhadores, no tocante as relações de gênero e as diferenças de níveis de escolaridade. Assim, a remuneração do trabalhador aumenta de acordo com a elevação da escolaridade, configurando, no entanto, por mais paradoxal que seja uma maior diferenciação de rendimento entre os homens e as mulheres conforme aumenta o nível de escolaridade, pois no nível de escolaridade compreendido pelos analfabetos, as mulheres recebem em média 18% menos que os homens ou uma diferença salarial de R\$ 84,93 centavos, sendo que essa diferença aumenta para 32% para as trabalhadoras com 8ª série completa, chegando a 35% no nível de escolaridade compreendido pelo grau superior completo de instrução ou uma diferença de remuneração de R\$ 1.111,43 centavos entre ambos os sexos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – séries históricas) do Ministério do Trabalho.

**Remuneração média, segundo gênero e grau de instrução - Brasil 2005**

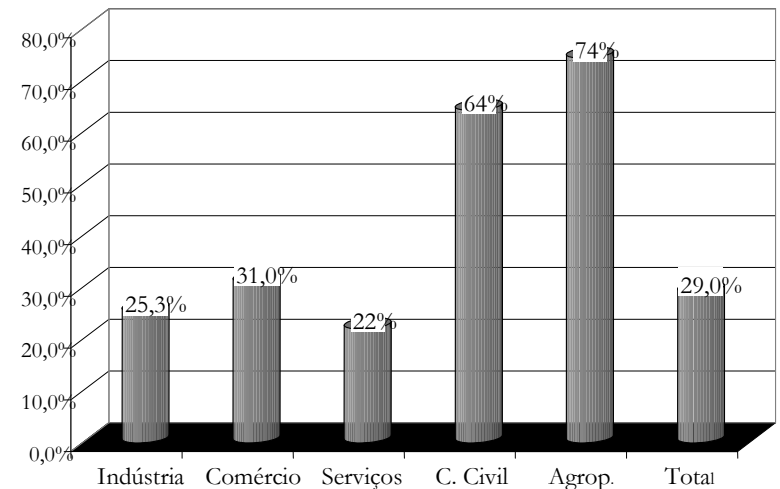


Fonte: RAIS/2005 – MTE disponível em <http://www.mte.gov.br> acesso em 09/2007.

Por fim, se de um lado a precarização das relações de trabalho se configura como uma marca indissolúvel dos trabalhadores informais, por outro lado, a instabilidade no emprego se constitui como característica marcante do mercado de trabalho formal no Brasil após o ajuste neoliberal da década de 1990, através da alta rotatividade da mão-de-obra empregada. Dessa forma, através da comparação da média de desligamentos (já que nem todos os trabalhadores são demitidos, sendo que muitos se aposentam, rescindem o contrato por conta própria ou até falecem no período que são empregados de determinada empresa) e admissões em relação ao estoque total de empregos formais, observa-se que a cada doze meses, de cada 100 trabalhadores empregados, pelo menos 29 trocaram de emprego ou ficaram desempregados no Brasil, no ano de 2004. Se compararmos o número de trabalhadores admitidos em relação aos trabalhadores desligados, no acumulado do ano, a rotatividade aumenta significativamente, representando cerca de 80% de instabilidade nos contratos de trabalho formais. No que concerne aos setores produtivos, a

rotatividade é mais elevada no setor agropecuário (74,3%), seguido da construção civil (64,2%) e do comércio (31%), conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

**Rotatividade dos trabalhadores por setor produtivo - Brasil 2004**



Fonte: CAGED 2003 – junho de 2006 – disponível em <http://www.mte.gov.br> acesso em 09/2007. Elaboração e organização do autor.

O mês de dezembro tem se tornado o símbolo da instabilidade e da rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, apresentando saldos negativos elevados entre contratados e desligados (mesmo com o saldo positivo ao longo dos outros meses do ano), com a destruição de postos de trabalho em praticamente todos os setores de atividade, em todos os anos analisados, salvo exceção do comércio, devido, sobretudo a sazonalidade característica desse setor, com relação às festas de final de ano.

Destarte, a elevada rotatividade da mão-de-obra empregada, tem se configurado como o principal instrumento de ajuste do capital diante da não flexibilização legal do trabalho no Brasil. Constituiu-se, dessa forma uma flexibilização real e brutal para amplas camadas de trabalhadores que ficam a mercê da lógica seletiva do mercado e sem proteção e estabilidade

no emprego, principalmente ao final de cada ano de atividade produtiva e de ajuste estrutural do capital.

Se nas economias avançadas do capitalismo mundial, esse ajuste estrutural se dá pela incorporação tecnológica ao processo produtivo e pelas modificações organizacionais na gestão da mão-de-obra empregada, permeadas pela adoção do sistema de acumulação flexível do ideário japonês, no Brasil, esse ajuste estrutural ocorre pela manutenção de altas taxas de desemprego e pela instabilidade no mercado de trabalho formal em amplos segmentos produtivos, através da alta rotatividade estabelecida para os trabalhadores empregados.

### Considerações finais

Com a manutenção da crise do emprego formal, do desemprego elevado, da informalidade e da instabilidade no mercado de trabalho formal no Brasil, permeada pela alta rotatividade da mão-de-obra empregada, novos desafios são colocados para os trabalhadores, tais como a necessidade de formulação de novas formas de (re) inserção no mercado de trabalho formal ou a constante atualização e (re) qualificação profissional, diante da fluidez e da complexidade do mundo do trabalho atualmente, além do redirecionamento das formas de representatividade política e a formulação de novos instrumentos de luta diante do capital reestruturado e da competição brutal estabelecida no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas.

Em primeiro lugar, a atual estrutura sindical está em descompasso com as transformações produtivas do capital e com a crise do mundo do trabalho, salvaguardando as especificidades brasileiras relativas à formalização das relações de trabalho no país. É preciso e necessário representar todos os trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo empregatício que eles tenham, reformulando também o conceito de classe trabalhadora, como faz Antunes (2001) ao propor uma luta englobando toda a classe-que-vive-do-trabalho.

Em segundo lugar, torna-se fundamental a organização dos trabalhadores antes da inserção dos mesmos no mercado de trabalho e não somente depois que eles estão empregados, através de um sindicalismo do tipo **cooperativista** e **solidário**, antecipando-se ao capital com a formação de cooperativas sindicais de trabalhadores, resgatando, assim os laços de pertencimento de classe e a união coletiva dos trabalhadores.

A renovação das formas de luta dos trabalhadores, como terceiro ponto da discussão, se configura como condição *sine qua non* para o enfrentamento dos desafios colocados a classe trabalhadora nesse início de século XXI, com o estabelecimento de novas formas de greve, por exemplo, com a paralisação de setores públicos e privados essenciais para a acumulação de capital, com a exigência de mais e melhores empregos, a redução da jornada de trabalho, o retorno da estabilidade no emprego, etc., além da exploração das potencialidades da informática como nova forma de luta e de comunicação classista. O capital se tornou mais dinâmico e mais complexo nas últimas décadas e as formas de representatividade e de luta dos trabalhadores não foram renovadas, permanecendo os mesmos instrumentos de luta e organização do século passado.

Em quarto lugar, é preciso incluir os trabalhadores informais na representatividade política e sindical. Ressalte-se que já existe um sindicato dos informais no Estado de São Paulo, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Não é isso o que se propõe aqui. Mais uma vez, não basta apenas organizar os trabalhadores, mas sim incluí-los na luta juntamente com os demais trabalhadores desempregados e, fundamentalmente, com os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, como forma de resgatar os sentimentos de pertencimento de classe social e da luta coletiva dos trabalhadores.

No que concerne ao papel do Estado no processo de superação e resolução dos problemas sociais e econômicos relacionados ao desemprego que assola o país, a retomada da capacidade de investimento produtivo e infra-estrutural se faz necessária e urgente, no sentido de restabelecer a posição estratégica e essencial do Estado brasileiro na elaboração e liderança de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável para a nação, com geração de emprego e distribuição de renda para toda a população brasileira, no bojo da substituição de um conjunto de políticas de cunho monetaristas para a reorientação das políticas públicas para um projeto desenvolvimentista e nacionalista para o Brasil.

A redução das taxas de juros básicas da economia, a desvinculação da política econômica nacional das amarras das metas de controle inflacionário e do *superávit* primário para saldar os compromissos com os juros da dívida externa brasileira, além de uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro, como forma de “desfinanciarizar” a economia e estimular o investimento produtivo, tornam-se urgentes para a retomada do desenvolvimento econômico e social, com geração de empregos, com registro em carteira e com todas as proteções que a legislação trabalhista

proporciona aos trabalhadores e para a superação da informalidade e da precarização das condições e relações de trabalho no mercado de trabalho brasileiro.

Por fim, se deve estimular a formação de cooperativas solidárias de trabalhadores, explorando as potencialidades produtivas, turísticas e agrícolas locais e regionais, como forma de (re) inserção no mercado de trabalho, diante de taxas elevadas de desemprego, da instabilidade/precarização e da informalidade estabelecidas no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo, In: *Pós neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Uma Geografia para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio – Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

- DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: INCRA, 2005.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos. *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*, In: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)
- GONÇALVES, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização econômica brasileira 1960 - 1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997. pág. 141-225.
- HESPAHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In MENEGUETTE JUNIOR, Messias; ALVES, Néri (Orgs). *FCT 40 anos, perfil científico-educacional. Presidente Prudente*: UNESP/FCT, 1999. p. 21 - 41
- JINKINGS, Nise. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. *O pós-fordismo e seu espaço. Espaço e Debates, n.º 25, NERU*, São Paulo, Ano VIII, 1988.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.
- MATTOSO, J. E. L. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- MELO, Nildo Aparecido de. *Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local*. Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1999.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – RAIS e CAGED – Brasília: In: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2004.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.